

BAHIA

VIGILANTES JAVA OU EX-JAVA/PAGAMENTO DO PROCESSO RESÍDUO DOS 30%:

PARA O REPASSE A UM NOVO GRUPO, SINDICATO ABRE PRAZO DE HABILITAÇÃO PARA SORTEIO



Em 29 de fevereiro deste ano, ainda sem a pandemia do coronavírus, reunimos quase 500 vigilantes, dos 1400 que estão no processo do Sindicato contra a Java, que recuperou o direito ao resíduo dos 30% da periculosidade nas variáveis (adicional noturno, etc.), selecionando quase 330 colegas de Salvador, depois acrescido de 180 do interior, para um primeiro grupo de recebedores.

Com novos valores do parcelamento que entraram de março até hoje e já em poder do Sindicato, já temos condições de repassar

valores para mais um grupo destes 1400. Valores da conquista e da luta por justiça. Mas com coronavírus não tem como fazer reuniões.

SORTEIO - A alternativa para não ficar com dinheiro parado em plena pandemia é organizar e realizar um sorteio. O Sindicato fará, portanto, um sorteio para selecionar mais um grupo de vigilantes de aproximadamente 150 vigilantes para receberem seus valores.

Para tanto, aqueles interessados em participar do sorteio tem os dias 07,08,09 e 10 de julho, das 08 às 11hs para se habilitarem na sede do Sindicato.

Basta se apresentar, preencher cupom e aguardar o sorteio a ser realizado de forma publica no decorrer do mês.

Já os colegas do interior seguirão a seleção com base na proporção e Planilha já enviada.

MAS ATENÇÃO:

- Só se inscreve para o sorteio quem estiver na lista do processo;

- A HABILITAÇÃO PARA O SORTEIO NA SEDE DO SINDICATO: 07, 08, 09 E 10 DE JULHO, DAS 08 ÀS 11H.

Fonte: SINDVIGILANTES/BA

ADIANTAMENTO DE 13º NA MAP: COM LUTA E PRESSÃO DO SINDICATO PAGOU O 13º COM BASE NA METADE DO SALARIO E PERICULOSIDADE



Se nos anos recentes a Map pagava apenas a metade do Piso Salarial (2019 – Piso 1084 – adiantamento 542) no adiantamento do 13º deste ano e com muita luta e pressão do Sindicato, a empresa calculou a 1ª parcela com a inclusão da periculosidade.

Entenda o cálculo:

- Piso 1.084 + 325 (Periculosidade) = 1409
- Metade de 1409 = 704 – este foi o valor pago.

Entendido?

O certo é o certo!

Fonte: SINDVIGILANTES/BA

DISTRITO FEDERAL

CHICO VIGILANTE FAZ BALANÇO DE PERDAS E RETROCESSOS PARA OS TRABALHADORES COM A REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Nessa segunda-feira, vamos fazer um balanço sobre as perdas e retrocessos para os brasileiros com a Reforma da Previdência do governo federal. Por isso, vou conversar com o ex-deputado federal e ex-ministro da Previdência, Ricardo Berzoini. Nesse bate-papo, entenda como os trabalhadores se tornaram os maiores perdedores com essa maldita reforma. Será nessa segunda-feira, às 17h, nos meus perfis oficiais no Facebook e YouTube. Aguardo vocês.

**Facebook.com/
ChicoVigilanteOficial**

**YouTube.com/
DepChicoVigilante**

EMPRESA CENTURIÃO NA MIRA DO SINDIVIGILANTE/SE



Empresa Centurião foi notificada sobre irregularidades no pagamento de rubricas salariais de seus colaboradores.

Diante da comprovação do não pagamento do INTRAJORNADA e HORA NOTURNA REDUZIDA,

a direção do Sindivigilante agiu rápido e notificou a referida empresa. Como resposta, a empresa Centurião se manifestou informando que a notificação já encontra-se no setor Jurídico para avaliação e posterior correção.

“Os direitos destes trabalhadores estão sendo retirados e nós quanto representantes temos o dever de agir em defesas da nossa categoria”, frisou o Presidente Reginaldo Gonçalves.

Uma possível manifestação, dentro dos limites impostos pela legislação vigente poderá ocorrer já na próxima semana.

Unidos Somos Fortes

FONTE: Sindivigilante-SE

Santander naturaliza demissões durante pandemia

Indiferente à pandemia e ao desemprego, banco não admite que descumpriu com a palavra e trata as demissões como ajustes naturais em busca da competitividade



Em reunião por videoconferência entre a Comissão de Organização dos Empregados (COE) e o Santander, ocorrida na quarta-feira (19), o banco não aceitou qualquer tipo de negociação para cessar as demissões e a política abusiva de cobrança de metas e, pior do que isso, tratou as demissões neste momento de pandemia como ajustes naturais para que o banco se torne competitivo.

“Para um banco que, em três meses, teve lucro líquido de R\$ 3,85 bi, isso é, no mínimo, desumano. Ainda mais num momento em que temos mais de mil mortes por Covid-19 ao dia e o desemprego atinge quase 13% dos brasileiros”, criticou o secretário de Assuntos Socioeconômicos e representante da Contraf-CUT nas negociações com o banco, Mario Raia. “Mas, mesmo obtendo no Brasil 29% do total de seu lucro mundial, parece-nos que o banco espanhol não se importa com os brasileiros”, completou o dirigente sindical ao lembrar que o banco trata de forma mais dura seus funcionários e clientes do Brasil.

Sem negociação

O banco voltou a rechaçar a informação veiculada pelo jornal Folha de S. Paulo de que o banco planeja demitir 20% de seu quadro de pessoal, mas continua demitindo funcionários e não apresentou nenhuma informação sobre

quantas demissões já foram feitas e tampouco quantas serão.

Para a coordenadora da COE do Santander, Maria Rosani, o banco quebrou o compromisso assumido com o Comando Nacional dos Bancários de que não demitiria funcionários durante a pandemia. Ela lembra que o compromisso também está registrado no balanço trimestral do banco.

“O banco mente inclusive para seus acionistas e para a sociedade, pois em seu balanço trimestral está escrito que não demitiria durante a pandemia. Ou seja, no documento oficial que é divulgado para o mundo e para os acionistas, o Santander Brasil passa a imagem de empresa responsável socialmente, coisa que na realidade não é”, disse Rosani. Em seu relatório de Demonstrações Financeiras do 1º trimestre de 2020, o Santander afirmou que “devido ao contexto atual do Covid-19, o Santander firmou o compromisso de não demitir funcionários durante a crise.”

Mario também coloca em dúvida a credibilidade do banco. “Não é possível acreditar que, em uma reunião que tinha como ponto de pauta as demissões, o banco não tenha trazido qualquer informação sobre o tema. Ficou claro que foi uma reunião pró forma, na qual o banco participou apenas por participar, mas sem nenhum compromisso, intenção, ou poder para negociar”, disse.

Para o dirigente da Contraf-CUT, na verdade, o Santander foge das negociações específicas e emperra as tratativas com os demais bancos. “Não deixa as negociações fluírem na mesa conjunta da Fenaban (Federação Nacional dos Bancos) ao dizer que se trata de assunto específico de cada banco e não aceita negociar na mesa individual. É uma típica postura de quem não quer negociar e foge do compromisso”, disse.

Metas abusivas

Outro ponto de pauta menosprezado pelo banco foi a cobrança abusiva de metas, que já gerou condenação judicial ao Santander. O banco lançou uma campanha chamada “Motor de Vendas”, que define o cumprimento pelos funcionários de metas crescentes. Muitos gestores orientam os funcionários a postarem fotografias com cartazes informando quantos produtos venderam no dia e na semana, com metas de 10 produtos vendidos por dia e 55 na semana.

“O banco alega que a campanha não é orientação institucional, mas uma prática

realizada pelos próprios gestores. Mas, se ela é feita por todos os gestores, em todas as redes comerciais, passou a ser uma prática da instituição. O banco não pode, simplesmente, menosprezar a prática. Ainda mais tendo consciência de que os gestores estão fazendo isso”, argumentou o dirigente da Contraf-CUT.

Home office e o dito pelo não dito

Em entrevista ao vivo, divulgada no canal do Santander no Youtube, o presidente do banco no Brasil, Sergio Rial, afirmou que os funcionários que trabalham em home office devem “voluntariamente” abrir mão de direitos e parte da remuneração. Segundo Rial, os funcionários que trabalham em home office têm gastos menores e deveriam dividir parte destas economias com o banco.

Ao ser questionado na reunião sobre tal afirmação, a representação do banco disse que não existe nenhum projeto do banco sobre o home office e que a afirmação de Rial foi apenas uma explicação genérica, que não se referia especificamente ao banco.

Os dirigentes lembraram que, além da declaração de Rial, funcionários receberam um questionário para apurar informações e impressões pessoais sobre o home office.

Mais uma vez a representação do banco desconversou e tirou a responsabilidade da instituição sobre a pesquisa, dizendo tratar-se de iniciativa individual de um gestor da área de TI.

“E, assim, fica o dito pelo não dito. Um vídeo com a declaração do CEO do banco não merece consideração. Uma campanha de cobrança abusiva de metas, que descumpra nossa Convenção Coletiva de Trabalho sobre a proibição de ranking pessoal de funcionários e sobre o estabelecimento de metas abusivas, também não deve ser levada em conta. E, por fim, uma pesquisa sobre home office deve ser desconsiderada. O que mesmo que o Santander diz que podemos acreditar?”, ironizou Mario Raia.

Ao final da reunião, ficou agendado, para a tarde de sexta-feira (3), um novo encontro, que foi cancelado, entre a representação dos trabalhadores e o banco para a continuidade das conversações e o Santander apresentar detalhes sobre o programa Motor de Vendas; sobre a mudança de função do GA e do GR; e também deve apresentar uma proposta de banco de horas negativo.

FONTE: CONTRAF

Santander cancela reunião de negociações

Sindicatos continuarão denunciando o desrespeito do banco aos compromissos assumidos e aos trabalhadores



O Banco Santander entrou em contato com a representação dos trabalhadores, nesta sexta-feira (3) pela manhã e cancelou a reunião que havia sido agendada esta tarde, às 14h. O objetivo da reunião era dar continuidade às conversações da tarde de quarta-feira (1º) e o banco apresentar detalhes sobre o programa Motor de Vendas, sobre a mudança de função do GA e do GR; e uma proposta de banco de horas negativo.

Na reunião de quarta-feira, o banco não aceitou qualquer tipo de negociação para cessar as demissões e a política abusiva de cobrança de metas e, pior do que isso, tratou as

demissões neste momento de pandemia como ajustes naturais para que o banco se torne competitivo.

“Esperamos que o Santander nos apresente uma nova data de reunião o mais rápido possível. Enquanto isso, continuaremos denunciando o desrespeito do Santander aos compromissos assumidos e com os trabalhadores”, informou o secretário de Assuntos Socioeconômicos e representante da Contraf-CUT nas negociações com o banco, Mario Raia.

FONTE: CONTRAF

INSS muda contagem de tempo para aposentadoria. Saiba se isso é bom ou ruim

Serão contados como tempo os meses de trabalho, independentemente de quantos dias, desde que a contribuição seja igual ou maior 8% do salário mínimo. Se não atingir o valor, trabalhador terá de pagar do bolso



A Desde a última quarta-feira (1º) estão valendo as novas regras para contagem do tempo de contribuição para a aposentadoria, mas o decreto do governo de Jair Bolsonaro (ex-PSL), que a princípio parecia ser uma boa notícia para toda a classe trabalhadora, tem um item que prejudica o trabalhador que ganha um salário mínimo, hoje de R\$ 1.045,00. Mais uma vez este governo ignora os mais pobres, na avaliação do ex-ministro da Previdência Ricardo Berzoini.

O Decreto nº 10.410 alterou a forma utilizada pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para contabilizar as contribuições. Antes, eram contados os dias exatos de trabalho. A partir de agora, será considerado o mês inteiro como tempo de contribuição, independentemente de quantos dias a pessoa trabalhou.

Por exemplo, se a pessoa trabalhou do

dia 15 de maio até o dia 15 de junho, serão computados dois meses de contribuição, ainda que ele tenha trabalhado 15 dias em cada mês.

Porém, o decreto estabelece que, para que os 15 dias sejam contados como um mês, a contribuição mínima, de 8% para o INSS, tem que ser sobre um salário mínimo, ou seja, R\$ 83,60. No caso do exemplo acima, para ter considerados dois meses de contribuição, o valor pago ao INSS tem de ser R\$ 167,20.

É nessa hora que o trabalhador que ganha salário mínimo terá problemas. A empresa recolherá a contribuição sobre os dias trabalhados. O recolhimento proporcional será de R\$ 41,80 referentes aos 15 dias do mês de maio e o mesmo valor referente aos quinze dias do mês de junho. Para completar a contribuição mínima exigida pelo INSS, o trabalhador terá de pagar o restante do próprio bolso, por meio de uma guia de recolhimento, se quiser ter o mês computado. Se quiser ter os dois meses de contribuição computados pelo INSS, o trabalhador terá de pagar a diferença entre o total R\$ 167,20. Se o patrão pagou R\$ 41,80 referente a maio, o trabalhador terá de completar pagando mais R\$ 41,80 para contar um mês a mais na aposentadoria. E terá de fazer o mesmo em relação a junho. Ou seja, ele terá de tirar do próprio bolso R\$ 83,60

para ter computador dois meses a mais na aposentadoria e não 15 dias de cada mês como antes do decreto.

Avaliação

“Partindo desse governo [Bolsonaro] é para ficar com pé atrás”, diz o ex-ministro da Previdência, Ricardo Berzoini, que vê com desconfiança as alterações, entre elas ele cita dois pontos confusos do texto do decreto.

O primeiro ponto é o que não deixa claro se o trabalhador perde o mês caso não tenha dinheiro para contribuir sobre o valor do salário mínimo e pagar as diferenças explicadas acima.

O texto do decreto publicado no Diário Oficial da União diz: “As competências [meses] em que o salário de contribuição mensal tenha sido igual ou superior ao limite mínimo serão computadas integralmente como tempo de contribuição, independentemente da quantidade de dias trabalhados.

O segundo ponto, que vai no mesmo sentido do anterior, é em relação ao Artigo 19-E, que diz: “A partir de 13 de novembro de 2019, para fins de aquisição e manutenção da qualidade de segurado, de carência, de tempo de contribuição e de cálculo do salário de benefício exigidos para o reconhecimento do direito aos benefícios do RGPS e para fins de contagem recíproca, somente serão consideradas as competências cujo salário de contribuição seja igual ou superior ao limite mínimo mensal do salário de contribuição”, ou seja, R\$ 83,60.

Intermitentes são os mais prejudicados

De acordo com Berzoini, também ficam prejudicados os trabalhadores intermitentes que não conseguem, ao longo do mês, compor o rendimento mínimo de um salário porque só trabalham quando são chamados pelo patrão, um, dois, três ou mais dias por semana. Igualmente, eles terão de recolher o restante para completar o mínimo de R\$ 83,60 por mês.

Ao avaliar as alterações, Berzoini diz que “em tese é bom, mas há um lado negativo,

principalmente para os mais pobres, que sofrerão um impacto ruim porque não têm dinheiro para fazer a contribuição adicional”.

O ideal, de acordo com o ex-ministro, é que o INSS reconhecesse como mês de contribuição os dias trabalhados, ainda que a contribuição nesse período fosse o mínimo estabelecido.

Para os trabalhadores com salários maiores, ele diz, não haverá impacto. “Para quem ganha mais não faz diferença. Se ele ganha dez salários mínimos e trabalhou 15 dias, a contribuição vai entrar como cinco salários mínimos, que é o teto”, ele explica.

Mas, para os trabalhadores com salários intermediários, poderá haver um impacto no valor do benefício na hora da aposentadoria. Isso porque o INSS, com a nova regra, incluirá as menores contribuições para calcular o benefício.

Exemplo: se um trabalhador cuja contribuição mensal regular é sobre dois salários mínimos, for demitido na metade do mês, ainda assim ele terá uma contribuição que atinge o mínimo exigido pela regra (sobre um salário mínimo). Mas esse valor entrará como contribuição do mês e, portanto, no cálculo da média salarial para a aposentadoria, ou seja, computados os menores salários, o valor do benefício também será reduzido.

Outras mudanças

O decreto ainda acrescenta como segurados da Previdência Social, na categoria de contribuinte individual, várias atividades, como motoristas de aplicativos, artesãos, repentistas, entre outras. Também passa a incluir como segurados os empregados sujeitos a contrato de trabalho intermitente.

FONTE: CUT

CARTEIRA VERDE AMARELA: Guedes quer contrato de trabalho por hora e sem FGTS e contribuição ao INSS



Paulo Guedes, ministro da economia do governo Bolsonaro, (sem partido), quer permitir o registro por hora trabalhada de serviços prestados pelo trabalhador para vários empregadores. Não haverá cobrança de encargos trabalhistas, do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e da contribuição previdenciária, a chamada nova Carteira Verde Amarela.

transição entre a assistência social do governo e os contratos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Uma espécie de “rampa” para o trabalhador informal subir e entrar no mercado formal de trabalho. Na carteira, estará registrada a quantidade de horas que o trabalhador faz para cada empregador com a referência do salário mínimo.

A proposta está sendo construída pela equipe econômica com apoio de estudiosos

Guedes pretende fazer uma “ponte” de

do assunto. Um conselho informal de políticas sociais, entre eles Ricardo Paes de Barros, José Márcio Camargo, André Portela, Vinicius Botelho e Sergei Soares, tem tido reuniões com ministro e técnicos do Ministério da Economia. Modelo semelhante de assessoramento foi criado na elaboração da proposta de reforma da Previdência, aprovada no ano passado.

Com esse modelo simplificado de contratação, o Ministério da Economia quer tirar os trabalhadores da informalidade —um contingente de 38 milhões de “invisíveis” que a crise econômica provocada pela covid-19 trouxe visibilidade. Desse total, calcula-se que 8 milhões são de pessoas miseráveis que estão fora da assistência social e 30 milhões de trabalhadores sem carteira assinada.

Imposto de Renda negativo

A ideia do ministro é adotar um modelo de Imposto de renda negativo, sistema pelo qual as pessoas recebem pagamentos suplementares do governo, em vez de pagar impostos ao governo. Uma das possibilidades é uma alíquota de 20%. Ou seja, se o trabalhador ganhar R\$ 500, o governo completa com mais R\$ 100.

A proposta já constava no programa de governo do presidente Jair Bolsonaro e volta agora num modelo associado à Carteira Verde Amarela e a programas de microcrédito. Em conexão com o Renda Brasil, que substituirá o Bolsa Família, o governo vai desonerar a contratação dos trabalhadores do novo

programa.

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

Como mostrou o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) esta semana, a pandemia do novo coronavírus provocou uma destruição massiva de postos de trabalho e, pela primeira vez, mais da metade da população brasileira em idade de trabalhar não tem nenhuma ocupação.

O diagnóstico da equipe econômica é que hoje os dois mundos da assistência social e CLT não se conversam. Por isso, a dificuldade encontrada agora durante a pandemia e a distribuição do auxílio emergencial. Guedes e sua equipe consideram que o emprego mudou e vai mudar ainda mais no pós-covid, exigindo a simplificação dos contratos e a redução dos encargos e enfrentamento da CLT.

Ativos

O financiamento da Carteira Verde Amarela é o grande entrave, mas o ministro avalia que é possível encontrar respostas nos ativos do próprio governo para bancar a redução dos tributos.

O ministro da Economia pediu ao IBGE para aprimorar os dados sobre os “invisíveis” que já estavam fora do mercado de trabalho antes da covid-19 antes e depois da pandemia, para saber quantos estão totalmente desassistidos. O primeiro modelo da Carteira Verde Amarela, editado por meio Medida Provisória, caducou sem avanços na discussão do Congresso.

Fonte: UOL

www.cntv.org.br

cntv@terra.com.br

(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,

Térreo, lojas 09-11

73300-000 Brasília-DF